GLOBALIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: da hegemonia global à constituição de novas horizontalidades na pandemia de COVID-19

Ana Karla Sousa de Oliveira 1

RESUMO: Objetivou-se analisar o ordenamento do espaço geográfico como resposta ao processo de globalização e seus atravessamentos pelas ordens global e local. Para tanto, os fundamentos teóricos foram estruturados com base em Milton Santos, articulando os conceitos de meio técnico-científico e informacional, unicidade das técnicas e dos recortes das horizontalidades verticalidades. Discutiu-se. е ainda. potencialidades mobilizadas pela via da constituição de novas horizontalidades, destacando-se reflexões e experiências que se aproximam dessa possibilidade mobilizadas em resposta à pandemia de COVID-19. Conclui-se que as fragmentações operadas pela ordem global no território promovem tensionamentos entre interesses locais e globais, mobilizando reflexões no sentido de reintegrar o acontecer homogêneo e solidário. Tais reflexões são ainda mais urgentes em razão da pandemia de COVID-19, quando os ditames do capital operam de forma violenta para manter seu poderio, ainda que às custas da vida e da saúde da população.

Palavras-chave: Globalização; Espaço Geográfico; Pandemia por COVID-19; Políticas Públicas.

Abstract: The objective was to analyze the ordering of geographic space as a response to the globalization process and its crossings by global and local orders. To this end, the theoretical foundations were structured based on Milton Santos, articulating the concepts of technical-scientific and informational environment, uniqueness of techniques and the cuts of horizontality and verticality. It was also discussed the potentials mobilized through the creation of new horizontalities, highlighting reflections and experiences that approach this possibility mobilized in response to the COVID-19 pandemic. It is concluded that the fragmentations operated by the global order in the territory promote tensions between local and global interests, mobilizing reflections in order to reintegrate the homogeneous and solidary happening. Such reflections are even more urgent due to the COVID-19 pandemic, when the dictates of capital operate violently to maintain its power, even at the expense of the population's life and health.

Key-words: Globalization; Geographic space; COVID-19 pandemic; Public policy.

¹ Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI/CSHNB). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Graduada em Psicologia e Enfermagem pela UFPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdades Social e Políticas Públicas - UFPI/CNPq. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva - GPeSc/UFPI/CNPq. E-mail: anakarla deoliveira@yahoo.com.br.

















TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 tem aprofundado desigualdades sociais historicamente constituídas nos mais variados contextos, demandando esforços integrados para o desenvolvimento de análises consistentes que amparem o pensar e agir em Políticas Públicas frente a um desafio de tamanha envergadura.

Pensar essa questão a partir do território constitui uma opção promissora por permitir o desvelamentos da dinâmica de funcionamento de diferentes ordenamentos espaciais e o modo como contribuem para a produção e reprodução de desigualdades, ao mesmo tempo em que podem fazer emergir potencialidades silenciadas por não responderem aos interesses hegemônicos de um mundo globalizado.

O tema do território, nesses moldes, inevitavelmente nos conduz às contribuições do geógrafo Milton Santos, reconhecido internacionalmente pela sua vasta produção teórica direcionada ao desenvolvimento de novas compreensões do espaço geográfico, entre outros conceitos e categorias fundamentais para o estabelecimento da Geografia Crítica.

Para Milton Santos, dada a condição espacial da existência concreta do homem na sociedade, "nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território" (SANTOS, 1998, p.13). Portanto, para o autor o conhecimento da realidade passa pela análise sistemática do território, como uma forma de, ao interrogar sua constituição em um dado momento histórico, conhecer a sua realidade de dentro.

Em face dessas considerações e partindo do reconhecimento das férteis contribuições de Milton Santos para a análise da crise sanitária que ora vivenciamos, o presente manuscrito objetiva analisar o conceito de espaço geográfico como resposta ao processo de globalização, e seus atravessamentos pelas ordens global e local.













Para tanto, os fundamentos teóricos foram estruturados a partir de textos do geógrafo Milton Santos que abordam seu entendimento do espaço geográfico como resposta ao processo de globalização, articulando aos conceitos de meio técnico-científico e informacional, unicidade das técnicas e dos recortes das horizontalidades e verticalidades. Na sequência, discutiu-se as potencialidades mobilizadas pela via da constituição de horizontalidades, destacando-se algumas reflexões e experiências nesse sentido mobilizadas em resposta à aos desafios colocados pela pandemia de COVID-19.

2. GLOBALIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A história do homem é marcada de maneira particular pela relação com o espaço, de modo que a questão da base territorial da vida humana sempre esteve na ordem do dia das preocupações da sociedade, delineando diferentes modos de organização, a depender do tempo histórico em questão. No começo dos tempos tínhamos um Estado estritamente territorial, onde o território era a base do Estado-nação, e a organização da produção determinava a organização da vida social de acordo com forças, necessidades e desejos de grupos que ocupavam esses espaços específicos. Ao longo do tempo essa configuração foi se transformando, e as necessidades de trocas comerciais entre coletividades introduziram novos nexos às relações estabelecidas, tendo como base parâmetros estranhos às necessidade dos territórios, de tal maneira que hoje podemos falar em transnacionalização do território (SANTOS, 2008), ou seja, "(...) caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território." (SANTOS, 1998, p. 15)

Em face desses processos, há que se considerar que a globalização da sociedade e da economia promove a mundialização do espaço geográfico, atribuindo-lhe um novo significado, qual seja: o espaço geográfico como território, objeto de disputa e dominação das relações sociais de produção. Nada mais natural,















tendo em vista que o fenômeno humano se caracteriza pela sua dinamicidade, expressa, dentre outras formas, por meio da transformação do espaço habitado (SANTOS, 1988). Portanto, a organização do mundo se dá na atualidade por meio da constituição de subespaços articulados em uma lógica global, o que tem possibilitado o avanço na circulação de mercadorias e pessoas e no estabelecimento de trocas que ao longo do tempo foram se avolumando e diversificando (SANTOS, 1998).

Vemos serem introduzidas novas condições de realização da vida social, o que implica na divisão do trabalho nos moldes capitalistas em nível mundial, tendo como fundamento o desenvolvimento das forças produtivas conduzidas pelos Estados e pelas grandes corporações. Nessa direção, as demandas postas pelos processos produtivos mobilizam a reorganização de funções entre diferentes frações do território, de tal maneira que as diferenciações geográficas ganham relevância estratégica fundamental (SANTOS, 1988). Em um contexto de mundialização das relações econômicas, sociais e políticas, a reorganização dessas funções é perpassada por interesses que respondem a demandas globais e locais, sob a égide de um sistema técnico único, hegemônico, que se superpõe à diversidade de recursos humanos e naturais.

É a unicidade das técnicas, acelerada pelo capitalismo, que promove a unificação do espaço e do tempo em termos globais, e assim, na medida em que os lugares se globalizam, o espaço é tornado único, ou seja, "cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é), já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação" (SANTOS, 2008, p.20).

Nesse contexto, a base técnica da vida social passa a ser caracterizada pelo meio técnico-científico e informacional, "meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação" (p.20), compreendendo a resposta geográfica dada ao processo de globalização. Conforme Milton Santos, o meio técnico-científico e informacional congrega as atividades hegemônicas,















caracterizadas por relações mais longínquas e pela participação no comércio internacional, atribuindo a determinados lugares um caráter mundial (SANTOS, 2008).

A racionalidade que se instaura no espaço geográfico mundializado, operado por meio de atividades hegemônicas, confere ao mercado um caráter tirânico, restando ao Estado um papel de impotência. Assim, "Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos" (SANTOS, 2008, p.14), tornando-se imprescindível o enfraquecimento do Estado como forma de garantir a atuação soberana do mercado.

Destaca-se, nesse sentido, a presença de empresas globais que irrompem o território promovendo desorganização e desagregação ao impor de forma inconteste nexos de seus próprios interesses. É nesse sentido que a ordem global se impõe como uma hegemonia que se estabelece por meio de ações hegemônicas e se realiza através de objetos hegemônicos (SANTOS, 2011).

No tocante ao espaço, tais processos são compreendidos de modo especial quando consideramos que, para além de uma constituição por meio de pontos contínuos, os arranjos espaciais se dão também por meio de constelações de pontos descontínuos, porém interligados, que demarcam um espaço de fluxos reguladores, identificados por Milton Santos em pelo menos dois recortes, que embora definidos separadamente, estão dispostos de forma inseparável no espaço, quais sejam: as horizontalidades e as verticalidades (SANTOS, 2006; SANTOS, 2008).

As horizontalidades se constituem por meio de pontos que dão fundamento ao cotidiano de todos, integradas pela semelhança, continuidade e complementaridade das ações. Compreendem o lugar onde a hegemonia impõe sua finalidade, "de fora, de longe e de cima" (SANTOS, 2008, p.46), ao mesmo tempo em que promovem a geração local da contrafinalidade, portanto, "são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o















lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta" (SANTOS, 2006, p.193), características estas que prenunciam seu potencial em direção à resistência.

As verticalidades, por sua vez, são os "vetores da integração hierárquica regulada" (SANTOS, 2008, p.27), pontos que se constituem de forma separada, atuando a serviço dos atores hegemônicos, ou seja, assegurando o adequado estabelecimento global da sociedade e da economia. Operam uma racionalidade superior que se expressa no discurso pragmático da hegemonia, gerando um cotidiano de obediência e disciplina.

As verticalidades criam nos espaços interdependências hierárquicas na intensidade posta pelas demandas de cooperação entre os lugares, e que se realizam por meio de ordens técnicas, financeiras e políticas. Nesse contexto, a informação assume o papel de elemento mobilizador das ações, agindo a serviço dos interesses das forças econômicas hegemônicas e do Estado. Situa-se aqui um processo de homogeneização que exige uma "integração dependente, referida a um ponto do espaço, dentro ou fora do mesmo país" (p.193). Vemos serem incorporados aos territórios nexos e normas externas, cujo efeito é eminentemente desintegrador das solidariedades locais, associada à perda da capacidade de gestão da vida local (SANTOS, 2006).

Isso posto, convém aqui destacar que a globalização incide sobre a realidade dos territórios aprofundando regulações verticais, potencializando a tensão entre globalidade e localidade, estabelecendo um sistema de relações de caráter hierárquico produzido com o intuito de reproduzir um subsistema de dominação sobre outros subsistemas, beneficiando determinados grupos em detrimento de outros.

Hoje, o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, deseguilibra, destrói. (SANTOS, 2008, p.16)













Portanto, a ordem global, na busca por construir um só mundo, unifica, mas não une, gerando conflitos e fragmentação, coibindo a liberdade e a cooperação. Ela reside no mercado e nas organizações mundiais, em tudo aquilo que para Santos (2008, p.16) expressa "o mundo como fábrica de engano." Compreende a dimensão de poder que há muito subjuga os territórios em nome de interesses mercadológicos que desconsideram processos e produtos de interesse loco-regional e que respondem por demandas particulares e específicas dificilmente ou precariamente consideradas e contempladas no âmbito das Políticas Públicas em um contexto de mundialização da economia.

3. DA HEGEMONIA GLOBAL À CONSTITUIÇÃO DE NOVAS HORIZONTALIDADES: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Santos (2008) nos alerta: "o que globaliza separa; é o local que permite a união" (p.16), de modo que será especialmente no âmbito local, no espaço compartilhado no cotidiano, que encontraremos os fundamentos necessários à ação reativa à ordem global, imposta de fora.

Tal compreensão nos leva a resgatar o entendimento do autor de que a análise social do território deverá partir do seu entendimento como território usado, sinônimo de espaço humano e espaço habitado, de caráter impuro, híbrido, não permanente, e, portanto, histórico.

O território é lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de suas existência. (SANTOS, 1998, p.13)

Falamos aqui de um território cujo papel é ativo, um espaço que comporta, na mesma medida, objetos e ações, constituído a partir de uma dialética que integra o controle local da produção técnica e um controle remoto da política de produção.





APOIO









A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia (...). Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção é feito por cidades mundiais e seus 'relais' nos territórios diversos (SANTOS, 1998, p. 17-18).

Portanto, a despeito da tendência imposta pelo processo de globalização de unificar verticalmente, o território agrega em si a possibilidade de, ao controlar uma porção do espaço que lhe constitui, se unir horizontalmente, em direção à reconstrução de uma vida comum, atravessada por ordenamentos loco-regionais capazes de dar estrutura a seus processos produtivos específicos.

Diversos fatores concorrem para que, a partir do território, possamos falar em um processo de resistência da sociedade civil aos vetores da mundialização, por mais operantes e eficazes que estes sejam, na medida em que vemos emergir em paralelo a potência própria do território habitado para produzir novas formas de coesão (SANTOS, 1998).

Nesse processo, destaca-se o papel exercido pelo meio técnico-científico e informacional, que congrega a hegemonia como resposta ao processo de globalização, operando fragmentações nos territórios a serviço de interesses globais. Não obstante, destaca Santos (1998), as forças que operam a fragmentação podem também, em circunstâncias diferentes, servir à união horizontal, rompendo com a tendência atual de unificação vertical. Temos aqui a ciência a serviço de acontecer simultâneo, gerador de solidariedades.

Portanto, a ordem local, ainda que subjugada de forma importante à ordem global, comporta possibilidades no sentido do exercício de controle e legitimação de interesses loco-regionais que podem, eventualmente, ser potencializadas e mobilizadas por meio de novas formas de atuação no território, compreendendo um elemento importante a ser considerado na proposição de políticas públicas em geral, e de saúde em particular. Essa possibilidade ganha significado especial em um momento de crise global e sanitária como o que ora vivenciamos em razão da pandemia de COVID-19, na medida em que as demandas de coesão e solidariedade















via ação social integrada no território chegam ao ponto de exceder a condição crítica que já lhe eram características (por exemplo, se considerarmos as profundas desigualdades e vulnerabilidades herdadas e atualizadas que caracterizam território brasileiro), assumindo um caráter de urgência para além dos limites já experimentados.

O que se apresenta aqui é um convite à reflexão que ampare a constituição de racionalidades para atuação no território em convergência com a ordem desejada pelos indivíduos e coletividades, a partir dos contextos onde vivem (SANTOS, 2008). Esse convite será discutido na sequência por meio de uma breve descrição de experiências e discussões teóricas extraídas da literatura científica nacional e selecionadas pela sua aproximação com o tema em análise e pelos apontamentos que trazem em direção à necessidade de constituição de novas horizontalidades, tendo como cenário a pandemia de COVID-19.

Endlich (2020) sugere repensar as escalas geográficas diante da pandemia de COVID-19, destacando as escalas do corpo, doméstica e global. Para a autora, a escala mundial é a mais vasta de todas e a que expressa a amplitude espacial do poder econômico e político. Não obstante a força que essa escala exerce, a pandemia põe em cena uma dinâmica que se contrapõe a essa força, em um cenário de fronteiras fechadas, impedimentos à circulação e de difusão rápida do vírus em razão das trocas globais, alertando quanto à necessidade de que a escala mundial seja repensada. Para além disso, os agentes produtores da escala global se recusam a assumir as implicações por eles geradas e que contribuíram para o estabelecimento da pandemia, o que exige que essas implicações sejam resolvidas em nível nacional e subnacional, tomados aqui como os domínios do local e do regional.

No caso brasileiro, como mencionamos antes, pelo peculiar momento político, as escalas subnacionais ganharam um peso ainda maior. A imagem das ruas vazias que perdurou por semanas revelou a incidência da normatização imposta por agentes à frente das prefeituras e governos estaduais, tentando administrar as circunscrições a eles correspondentes (ENDLICH, 2020, p.61).













TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Esse "chamamento" à escala loco-regional, no sentido de dar conta das demandas postas porém negadas pela escala mundial, se estabelece também como um chamamento à sociedade no sentido de assumir o papel de agente ativo nesse processo. Para a autora, somente por essa via podemos garantir um mundo menos desigual e menos desprovido de valores humanistas.

Em Cassol, Vargas e Canever (2020), observamos essa possibilidade em um conjunto de práticas e processos operados por agricultores familiares durante a pandemia, no sentido da manutenção e incremento da produção, comercialização e consumo de alimentos. Para os autores, resulta deste processo a promoção da coesão social e garantia de dinamismo econômico e da segurança alimentar para a população do território, destacando-se o protagonismo assumido pelos agricultores e organizações locais no enfrentamento da pandemia. A manutenção desses ganhos a longo prazo, contudo, depende de sua articulação a uma agenda mais ampla de desenvolvimento territorial capaz de garantir a sustentabilidade desses processos, o que claramente aponta na direção da constituição de políticas públicas que não somente amparem as iniciativas em curso, mas que, sobretudo, garantam a viabilidade de novas experiências dessa natureza nos mais variados contextos territoriais.

Destaca-se, nesse processo, o conceito de poder local, discutido por Schmidt (2020) a partir de um recorte voltado a um pacto de desenvolvimento e recuperação da vida comunitária, por meio de estratégias dinâmicas, inovadoras e de valorização do saber multidisciplinar. Para o autor, a pandemia demanda o investimento em novos pactos para reconstrução e rearranjos institucionais em diferentes frentes, por exemplo, por meio de "campanhas, estímulos e cooperação entre os municípios, investimento em ações e treinamentos que promovam a intersetorialidade de programas e projetos e representatividade de grupos, organizações e instituições" (p.98). Na prática, é possível alcançar novos recortes no território urbanizado, caracterizados pelo incentivo a projetos econômicos e sociais, e ampliação do acesso à saúde.















16 A 19 NOV/2021 AMBIENTE VIDITIAL

Importante aqui considerar também processos de resistência que se intensificam em territórios específicos por ocasião da pandemia, a exemplo das iniciativas protagonizadas pelos povos originários. No tocante aos povos indígenas, Almeida (2020) pontua a resistência que se opera na pandemia e para além dela no sentido de "(...) não renunciar à sua identidade étnica e à construção de sua própria existência coletiva, ainda que esteja em jogo uma profunda ruptura com tutelas historicamente instituídas e juridicamente vigentes" (p.1161). Soma-se a esse processo de resistência histórica fundamental, o emprego de medidas de proteção emergenciais por parte das organizações indígenas, na ausência de medidas estruturadas e efetivas por parte do Estado nesse sentido. Esses povos passaram, então, a protagonizar iniciativas de controle sanitário e vigilância em suas áreas, realizando o controle de fluxo de pessoas aos territórios indígenas por meio de "barreiras indígenas de fiscalização sanitária". Dessa experiência em particular, é importante retirar aquilo que nela denuncia o descaso do governo federal em relação aos direitos dos povos indígenas (descaso que se intensifica de forma brutal durante a pandemia), do que é próprio da organização desses agrupamentos, seja em razão da necessidade histórica de constituir iniciativas de proteção, seja pelos fundamentos próprios de sua cultura, que tem como base a solidariedade, o bem comum e a coesão social.

No tocante ao setor saúde, Seixas et al. (2021) destacam a necessidade de que os arranjos de base comunitária assumam o protagonismo nas iniciativas de resposta à pandemia e para além dela, destacando-se as modalidades de cuidado territoriais designadas pelos autores como "cuidados de proximidade", caracterizados essencialmente por serem operados localmente, em proximidade com os territórios de vida e trabalho da população. Assim, à modalidade privilegiada de resposta à pandemia, que tem no modelo biomédico hospitalocêntrico hegemônico seus fundamentos, modalidade esta necessária, porém insuficiente para abarcar as demandas postas nesse período, há que se somar iniciativas coordenadas no território, capazes de ofertar respostas adequadas às necessidades















específicas de vida e saúde nesses espaços, e que muitas vezes não encontram solução para além dele. Portanto:

Há que se constituir redes de apoio às situações de precariedade presentes nos territórios, como já tem acontecido em alguns locais de forma espontânea, pois não são poucos os esquecidos e cronicamente negligenciados pelas políticas públicas. É preciso construir outras lógicas de organização da oferta comunitária de cuidado em saúde para além do que tem sido proposto. E, mais para a frente, preparar o desconfinamento de forma coordenada com moradores, estabelecimentos comerciais, associações, escolas, entre outro (SEIXAS et al., 2021, p.5)

Esse tipo de acontecer no território necessita ser não somente mobilizado, mas, especialmente, legitimado, em suas mais variadas expressões e possibilidades e a pandemia de COVID-19 age também como um elemento tensionador dessa demanda, que já era antes urgente, e torna-se agora praticamente inegociável, considerando as vidas em jogo. De um ponto de vista ético-político, assume-se, em conformidade com Seixas et al. (2021), que "Não é admissível deixar a população sozinha nos territórios, à mercê de informações desencontradas e fabricando soluções — por vezes solidárias, em outras vezes confusas e solitárias" (p.9). Portanto, é preciso constituir iniciativas integradas, capazes de agenciar ações territoriais coordenadas e direcionadas às diferentes dimensões de vida, saúde e trabalho das comunidades, ações de resistência para constituição de novas horizontalidades que viabilizem não somente uma saída segura da pandemia de COVID-19, mas, especialmente, o estabelecimento permanente de um fazer comunitário integrado, solidário e emancipatório.

4. CONCLUSÃO

As reflexões e experiências aqui compartilhadas buscam fazer uma aproximação do território em seu papel ativo, como produtor de novas formas de coesão social. São reflexões preambulares, que buscam trabalhar o conceito de espaço geográfico, conforme proposto por Milton Santos, em suas articulações com o processo de globalização, observados aqui a partir do cenário pandêmico.













Destacam experiências de resistência que se constituem por meio de novas horizontalidades, atravessadas por direcionamentos loco-regionais que estruturam seus processos produtivos.

As fragmentações operadas pela ordem global no território promovem tensionamentos importantes entre os interesses locais e globais, mobilizando reflexões em direção a respostas possíveis no sentido de reintegrar o acontecer homogêneo e solidário. Tais reflexões são ainda mais urgentes em um momento de crise global e sanitária como o que ora vivenciamos em razão da pandemia de COVID-19, quando os ditames do capital operam de forma violenta para manter seu poderio, ainda que às custas da vida e da saúde de milhões de pessoas. Portanto, a ordem global opera a serviço da morte e da manutenção da condição de vulnerabilidade de grandes parcelas da população, e buscar saídas para esses impasses em nível local torna-se uma opção urgente e necessária.

Em face desses processos, as contribuições do geógrafo Milton Santos nos permitem vislumbrar uma saída possível, via legitimação e fortalecimento do território em seus processos loco-regionais. Eis uma provocação necessária ao processo de constituição de políticas públicas em geral, e para o setor saúde em particular, especialmente considerando a crise sanitária aprofundada pela pandemia de COVID-19.

O cenário é complexo e as demandas urgentes postas em um contexto de crise dessa magnitude exigem repensar processos e fundamentos para proposição e implementação de políticas públicas, notadamente no que se refere a um recorte territorial, que valorize as possibilidades loco-regionais, sem, com isso, negar as responsabilidades em outras escalas. Importa aqui dar visibilidade à vida que pulsa e resiste aos engendramentos da hegemonia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W.B. Territórios de resistência: controle e vigilância das vias de acesso às terras indígenas. In: ALMEIDA, A.W.B.; MARIN, R.E.A.; MELO, E.A. (Org.) **Pandemia e Território**. São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020.

















CASSOL, A.; VARGAS, L.P.; CANEVER, M.D. Desenvolvimento territorial, COVID-19 e as novas estratégias de produção, comercialização e consumo de alimentos da agricultura familiar na região Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** - G&DR. v.16, n. 4, 2020.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico e informacional. 2008.

SANTOS, M. O retorno do território. Em: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L.; (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SCHMIDT, L.P. Política social e urbana em tempos de mutação: revisando contornos. In: TÖWS, R.L.; MALYSZ, S.T.; ENDLICH, A.M. (Org.) **Pandemia, espaço e tempo**: reflexões geográficas [livro eletrônico]. 1. ed. Maringá, PR: PGE - Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020.

SEIXAS, C.T. et al. A crise como potência: os cuidados de proximidade e a epidemia pela Covid-19. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. v. 25, suppl 1, 2021.

ENDLICH, A.M. Repensando as escalas geográficas em tempos de pandemia. In: TÖWS, R.L.; MALYSZ, S.T.; ENDLICH, A.M. (Org.) **Pandemia, espaço e tempo**: reflexões geográficas [livro eletrônico]. 1. ed. Maringá, PR: PGE - Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020.













